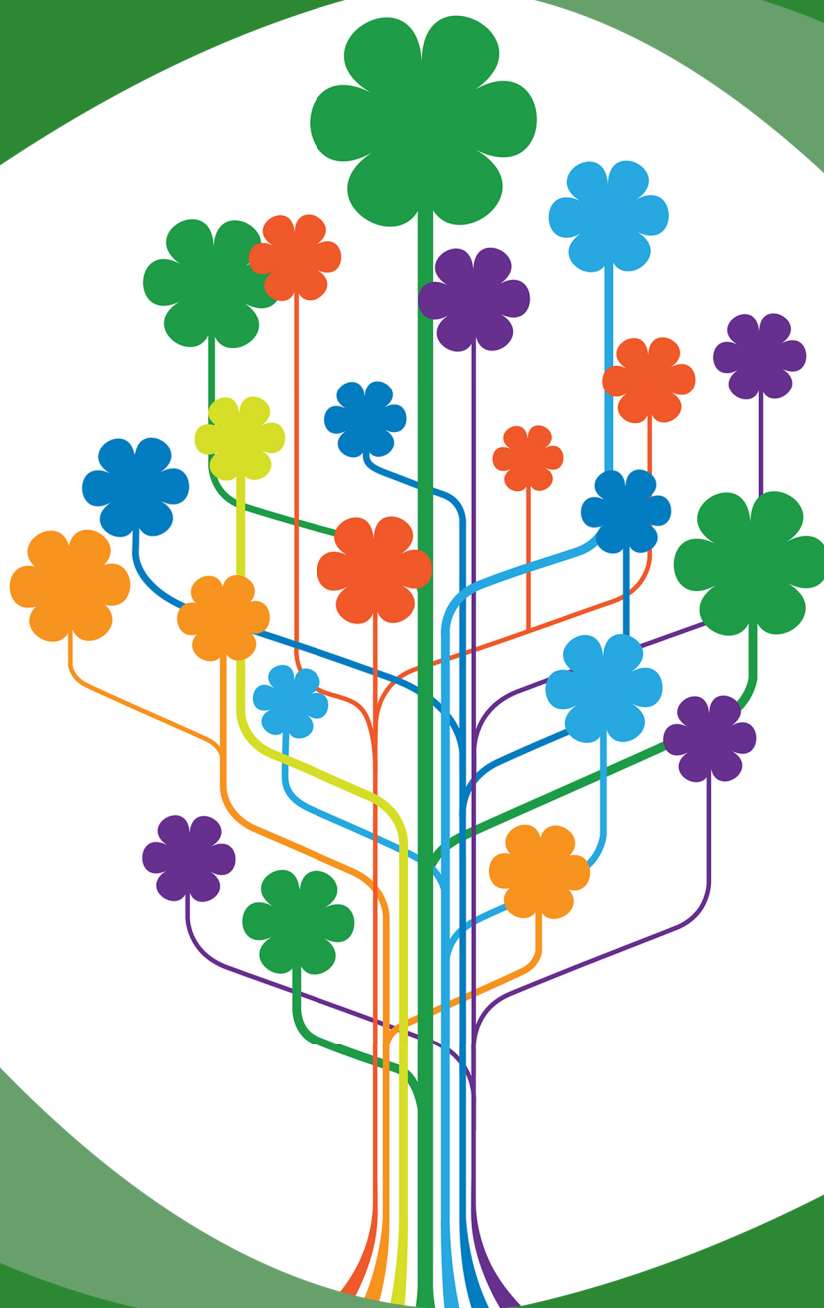


Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 3

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:
Caminhos para a Inclusão 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 3 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-725-3 DOI 10.22533/at.ed.253191710 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

II. EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO (PNE)

CAPÍTULO 1 1

A ESTIMULAÇÃO PRECOCE E AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (2014-2024)

Julianna Mendes de Matos Souza
Lícia Cristine Marinho França
Silvana Carolina Furstenau dos Santos
Diego Soares Souza

DOI 10.22533/at.ed.2531917101

CAPÍTULO 2 13

AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ana Carolina Leite Neves
Helena Carvalho Guimarães
Marcelo Marques de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.2531917102

CAPÍTULO 3 25

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) – DO LEGAL À MATERIALIZAÇÃO

Marlon César Silva
Maria Célia Borges

DOI 10.22533/at.ed.2531917103

III. ESTUDOS CULTURAIS E INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO 4 40

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL – O PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC-SÃO MIGUEL DO OESTE

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Marizete Bortolanza Spessatto
Jacinta Lucia Rizzi Marcom
Idianes Teresa Mascarelo
Solange Janete Finger

DOI 10.22533/at.ed.2531917104

CAPÍTULO 5 54

A IDENTIDADE DA MULHER SURDA: AS RELAÇÕES DE PODER E AS PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS REPRESENTADAS ATRAVÉS DA LITERATURA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

DOI 10.22533/at.ed.2531917105

CAPÍTULO 6 67

INCLUSÃO DE SUJEITOS DEFICIENTES, UMA REFLEXÃO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA POLÍTICA DE MAX

Diná Freire Cutrim

DOI 10.22533/at.ed.2531917106

CAPÍTULO 7 77

INCLUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, COM APOIO DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

[Roberta Betania Ferreira Squaiella](#)

[Roberto Righi](#)

[Maria Victoria Marchelli](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917107

CAPÍTULO 8 89

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2013 A 2018

[Flavia Alves Santos](#)

[Gisele Machado da Silva Carita](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917108

CAPÍTULO 9 101

TESSITURAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

[Emílio Rodrigues Júnior](#)

[Janaina Santana da Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917109

CAPÍTULO 10 113

PEDAGOGIA HOSPITALAR: O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO-EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

[Raquel Matos Lameira Miranda](#)

[Alexandre Augusto Cals e Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171010

CAPÍTULO 11 127

CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES COGNITIVAS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL

[Glauce Virginia Motta Regis](#)

[Dayse Aparecida dos Santos Azevedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171011

IV. USO DA TECNOLOGIA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CAPÍTULO 12 132

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO

[Leida Raasch](#)

[Wenderson Mação Pereira](#)

[Lara Regina Cassani Lacerda](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171012

CAPÍTULO 13	144
A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A APRENDIZAGEM CIENTÍFICA DOS SURDOS NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
Daniela Copetti Santos Maiara Ilisa Fauth Juliane Ditz Knob Fabiani Machado Larissa Lunardi Juliane Oberoffer Santos da Rosa Josiane Fiss Lopes Cátia Roberta de Souza Schernn	
DOI 10.22533/at.ed.25319171013	
CAPÍTULO 14	154
A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias Priscila Cristina da Silva Maciel Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.25319171014	
CAPÍTULO 15	162
CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E PRÁTICA BILÍNGUE: ALTERNATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE CALORIMETRIA PARA SURDOS	
Mauritânia Lino de Oliveira Ramon Corrêa Mota Arilson Lehmkuhl	
DOI 10.22533/at.ed.25319171015	
CAPÍTULO 16	171
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM ATAXIA ESPINOCEREBELAR NA ESCOLA	
Larisse Junqueira Mendes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.25319171016	
CAPÍTULO 17	179
CURSO OPERADOR LINUX ACESSÍVEL EM LIBRAS	
Ronnaro dos Santos Jardim Alex Santos de Oliveira Airton de Lucena Araújo Maíra Vasconcelos da Silva Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.25319171017	
CAPÍTULO 18	188
A ESCOLARIDADE COMO FATOR INFLUENCIADOR DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DE AGENTES AMBIENTAIS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS AGENTES AMBIENTAIS	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.25319171018	
SOBRE A ORGANIZADORA	198
ÍNDICE REMISSIVO	199

INCLUSÃO DE SUJEITOS DEFICIENTES, UMA REFLEXÃO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA POLÍTICA DE MAX

Diná Freire Cutrim

Universidade Federal do Maranhão

São Luís – MA.

RESUMO: A inclusão de sujeitos deficientes no contexto da sociedade capitalista tem sido de barbárie e exclusão, onde o estereótipo da estética socialmente determinada pelo capital, defini àqueles que serão bem ou mal sucedidos, como analisa Max em sua teoria econômica e política. Diante disto este artigo tem como objetivo analisar o contexto social dos sujeitos deficientes em meio a esse contexto adverso e levantar reflexões sobre que sociedade os sujeitos deficientes têm o direito de conviver, quando se observa que todos têm o direito de conviver tendo seus direitos respeitados.

PALAVRAS CHAVE: Sujeito deficientes, Sociedade capitalista, Reflexões Sociais

INCLUSION OF DISABILITY SUBJECTS, A REFLECTION ABOUT OF MAX ECONOMIC POLITICAL THEORY

ABSTRACT: The inclusion of disability subjects in the context of capitalist society has been one of barbarism and exclusion, where the stereotype of the socially determined aesthetics

of capital defines those who will be successful or unsuccessful, as Max analyzes in his economic and political theory. Given this, this article aims to analyze the social context of disability subjects in the midst of this adverse context and raise reflections on which society disability individuals have the right to live it, when it is observed that everyone has the right to live with their rights respected.

KEYWORDS: Disability subject, Capitalist society, Social Reflections

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão de sujeitos deficientes, num contexto de exclusão da sociedade capitalista de desenvolvimento tem sido objeto de vários estudos, para elucidar reflexões necessárias ao modo de inclusão exercida pela sociedade dita do conhecimento, que nem mesmo com todo o aparato que o capital produz, como a tecnologia, e seus investimentos, ainda não conseguiram dar conta da inclusão de fato e de direito dos sujeitos deficientes.

Sabe-se que a conquista de direitos tem sido a marca deste século, em que todos os seguimentos da sociedade têm reivindicado o que lhe é garantido constitucionalmente, como forma do exercício pleno de sua cidadania. No entanto, para os sujeitos deficientes essa

busca por melhores dias continua sendo uma realidade, pois o que se presencia é um sistema capitalista que ignora os esteticamente fora do padrão imposto, e os relega a barbárie, com pouca ou nenhuma chance de ascender socialmente, por lhes serem negado, em primeiro lugar, o direito a uma educação de qualidade, que lhes possibilite serem sujeitos emancipados, em condições de competirem de igual modo com todos na sociedade.

Diante disto a teoria crítica da economia política de Max servirá de reflexões para discutir o processo de inclusão dos sujeitos deficientes, por ela se debruçar sobre os aspectos da produção social em que os homens contraem relações de dependência à revelia da sua vontade, por corresponder a determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais, que o conjunto dessas relações vão produzir uma estrutura econômica da sociedade, que servirá de base para o levante de uma superestrutura jurídica e política à qual corresponderá a determinadas formas de consciência social. E disto resultará o modo de produção da vida material que condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral.

É neste contexto de barbárie, que será discutido que consequências o capital produz aos sujeitos deficientes, num contexto social onde os ditames da sociedade capitalista impõem suas regras, em que o individualismo é valorizado e a produção é socialmente determinada.

Será buscado na história dos sujeitos deficientes que consequências o processo de inclusão capitalista os tem condicionado, como o capital trata os diferentes ao seu padrão e o lugar de direito que o deficiente deve exercer na sociedade.

2 | TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS DEFICIENTES

O desenho da sociedade capitalista retratada por Max é àquela em que os indivíduos devem produzir socialmente, e por essa concepção capitalista, os caminhos percorridos pelos sujeitos deficientes têm sido de muitos desafios, uma vez que sua deficiência os condena a não serem reconhecidos como os socialmente produtivos, isto porque os investimentos à sua formação social e educacional serem de poucos recursos e de descontinuidade, atrelando-os a viverem à margem do sistema produtivo.

A história de desenvolvimento do capital, já de início, imprime um processo de exclusão e barbárie dos menos favorecidos socialmente, como mostra Marx.

Mercadores e usurários — representantes do capital mercantil pré-capitalista — concentraram a riqueza em dinheiro mediante toda espécie de fraude e de extorsão, características da atuação do capital nas formações sociais anteriores ao capitalismo. A aplicação do dinheiro acumulado na circulação mercantil e monetária à produção de mercadorias levou à exploração acentuada, à pauperização e à expropriação dos artesãos. Por sua vez, do próprio meio dos artesãos, emergiram os mestres que, em suas oficinas, se destacaram pela eficiência na exploração dos aprendizes e companheiros e puderam passar da condição de mestres-trabalhadores à de mestres capitalistas, já por inteiro

padrões. Esta formação endógena do capital industrial constituiu, aliás, segundo Marx, o caminho efetivamente revolucionário de transformação capitalista da antiga economia feudal. A acumulação originária do capital — conjunto de processos não capitalistas que prepararam e aceleraram o advento de modo de produção capitalista (MARX., 1996, p. 34).

Dentro desta concepção a sociedade de desenvolvimento capitalista defendida por Marx (1996), dita as regras do jogo àqueles que estão sob a égide do capital, projetando uns para o sucesso e outros a condenação da menos valia do capital, e nesta acepção os sujeitos deficientes estão atrelados socialmente, uma vez que, a história não deixa dúvida de que o processo de inclusão social da pessoa deficiente foi marcado por excessiva exclusão.

Percorrendo a história da loucura, afirma que, desde o século XIV ao século XVII, a exclusão de indivíduos é uma prática constante, isto é, a eliminação de pessoas indesejadas, pois valores éticos, morais e o modelo médico estão fortemente enraizados. A prática de retirá-los do convívio social, seja enviando-os em embarcações marinhas seja fechando-os em celas e calabouços, asilos e hospitais, é um elemento predominante desta época. Impedindo que estes sujeitos sejam vistos como pessoas com direitos e deveres de assento na sociedade da qual fazem parte (FOUCAULT, 2002, p. 32).

A prática de segregação aos deficientes e incapazes é antiga, como afirma o mesmo Foucault: No século XVII, na Europa, a internação dessas pessoas é um grande movimento, um período de segregação e categorização dos indivíduos, internando a loucura pela mesma razão que a devassidão e a libertinagem (FOUCAULT, 2002). Os indivíduos excluídos eram alienados, separados em grupos, entre os quais, indigentes, vagabundos e mendigos; prisioneiros; “pessoa ordinárias”; “mulheres caducas”; “velhas senis ou enfermas”; “velhas infantis”; pessoas epiléticas; “inocentes malformados e disformes, pobres bons; “moças incorrigíveis”. (FOUCAULT, 2002).

É comum ainda hoje essa prática excludente aos sujeitos deficientes, que a história não conseguiu apagar da sociedade, pois estamos inseridos em um contexto social que não está instrumentalizado o suficiente para lutar com consciência de classe organizada, para mudar a sua realidade social, como defendia Max. Assim, é necessário que políticas públicas sejam implementadas para que “A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade” (BRASIL, 2005, p. 10).

Para que essa autonomia aconteça, e todos sejam incluídos socialmente o viés educacional é indispensável, o que a história tem relegado aos sujeitos deficientes, quanto ao seu processo educativo é muito recente em termos de conquista ao espaço escolar. A história da Educação Especial no Brasil foi se organizando sempre de maneira assistencial, dentro de uma pesquisa segregativa e por segmentação das deficiências, fato que contribui para o isolamento da vida escolar e social das crianças e jovens com deficiência. (MAZZOTA, 2001).

Esse processo lento e incipiente acarreta dificuldades no processo produtivo

destes sujeitos, que terão dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, por não terem formação necessária ao manuseio de mídias e tecnologias indispensáveis ao mercado de trabalho. Como afirma Marx (1996, p. 29).

O trabalho criador de valor é o trabalho socialmente necessário, executado segundo as condições médias vigentes da técnica, destreza do operário e intensidade do esforço na realização da tarefa produtiva. O padrão é o do trabalho simples, ao qual o trabalho complexo (ou qualificado) é reduzido como certo múltiplo dele.

Estes sujeitos convivem com o ideário que é bastante forte e representativo a categorização generalizada, de que, um surdo é igual em sua deficiência, um deficiente intelectual ou um indivíduo com deficiência física estão condenados ao que lhes vitima aparentemente. Os deficientes visuais só vieram a ter acesso a uma educação que lhes proporcionasse acesso adequado as suas necessidades no século XIX, com os trabalhos de Louis Braille (CARVALHO, 2015).

Foi no instituto de cegos de Paris que um jovem de 15 anos desprovido da visão desenvolveu um sistema de pontos em relevo, o qual deu um grande impulso no processo de escolarização daqueles que necessitam desenvolver a leitura por meio do tato. O seu criador foi Louis Braille, em 1824, o qual passou, a partir de então, a dedicar boa parte de seu tempo tentando fazer com que seu sistema fosse aceito pela instituição da qual fazia parte. “O sistema braile só foi reconhecido oficialmente pelo Instituto como o ideal na substituição da linguagem escrita, em 1854, isto é, dois anos após a morte de seu criador” (FRENCH apud SILVEIRA BUENO, 1993, p. 74).

O atendimento aos portadores de deficiência no Brasil deu-se no século XIX, por iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional, inspirados por experiências europeias e norte-americanas. (MAZZOTTA, 2001). Assim, a inclusão tem uma trajetória de luta, por busca de uma identidade que lhes projete com propriedade ao seu processo educacional.

A década de 60 foi um período de grande criação de instituições especializadas. A partir do final daquela década, iniciou-se o movimento de inserção das pessoas portadoras de deficiência nos sistemas sociais gerais (SASSAKI, 1999).

As políticas públicas vêm como uma possibilidade de incluir sem precedentes os sujeitos deficientes, e desenha um percurso a ser trilhado pela inclusão. No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2007, p. 2).

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado (BRASIL, 2007).

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. (BRASIL, 2007, p. 4).

É neste cenário de lutas travadas e de poucas conquistas educacionais, que os sujeitos deficientes estão inseridos socialmente, uma trajetória que os relega a um contexto de segregação, delineado pela conjuntura capitalista que vê os fora do padrão como o estranho, e que por isso não se deve investir recursos no que não vai dar lucro.

3 | COMO O CAPITAL TRATA OS DIFERENTES AO SEU PADRÃO

Desde sua origem, o sistema capitalista imprime um padrão de produtividade como marca sem precedentes ao desenvolvimento social. Todos devem aprender um ofício, dominar minimamente a tecnologia, estar engajado em atividades que remetam ao processo produtivo, como assim se expressa (ARQUIVO, 1859 p. 39),

A história do capitalismo é toda ela a história de um prodigioso desenvolvimento da produtividade por meio do desenvolvimento da tecnologia. Demonstra, assim, de maneira irrefutável, que a classe operária não pode esperar nenhum benefício do desenvolvimento da produtividade moderna antes de derrubar o capitalismo e tomar o poder de Estado através de uma revolução socialista.

Essa atitude oriunda do sistema capitalista é fruto de uma ideologia que prega acentuadas diferenças, em que as concepções educacionais estão direcionadas aos interesses do capital, para gerar indivíduos produtivos. Como diria Marx (1852, p. 76) “indivíduos que produzem, ou seja, a produção de indivíduos socialmente determinada”.

Essa marca do sistema capitalista também atrela os sujeitos deficientes a condição de seres produtivos. Que suscita reflexões, em que condições, eles irão produzir, como irão lutar socialmente, uma vez que o contexto burguês por ser excludente não possibilita condições de luta favoráveis ao seu desenvolvimento social. Como: Marx (1996) examina, além da mistificação burguesa que declara que o “trabalho” do operário é “pago de acordo com seu valor”, as diferentes *formas* de salário: primeiro, o salário por tempo e, depois, o salário por peça, ou seja, as diferentes *armadilhas* em que a burguesia tenta prender a consciência operária para destruir toda a vontade de luta de classes organizada.

Nesse contexto de menos valia para os sujeitos deficientes, em que a suas forças de trabalho não correspondem ao esperado pela burguesia e os condena a periferia do mercado de trabalho é que torna desafiador a emancipação dos que são vítimas do capital selvagem e segregado. Marx (1996) e, de maneira geral, da tradição socialdemocrata da Segunda Internacional. Somente uma luta política pode “mudar o rumo” e superar esses limites, portanto deixar de ser defensiva e se tornar ofensiva.

Então, a luta política reivindicada por Max só se fará acontecer, se houver um processo educativo, em que, os sujeitos deficientes sejam contemplados com as políticas públicas de investimento a sua formação social. Sem o viés educacional a exploração burguesa continuará impondo sua marca sem precedente. Marx (1996), falando da “expropriação dos expropriadores”, declara: “é a negação da negação”. Os primeiros, cegos pela ideologia burguesa, que faz de tudo para escamotear a exploração de classes, não conseguem ver a exploração capitalista.

Ou seja, quanto mais o capital imprimir na sociedade sua marca de exclusão, corroborada pelo sistema educacional que reproduz uma sociedade estratificada, onde os que possuem condições financeiras, ocupam os melhores cargos e os que não tem acesso à educação de qualidade, não conseguem mudar sua condição social. Como diz Adorno (2001), “quanto mais a educação procura se fechar ao seu condicionamento social, tanto mais ela se converte em mera presa da situação social existente”.

A construção de uma sociedade que visa o lucro, não oferece condições de mobilidade social aos que não tem o padrão requerido pelo sistema capitalista, porque o esforço é manter a hegemonia do capital, e não permitir a luta de classe. Esse é um princípio de que Marx (1996) não abre mão. *O capital* não estuda a história da luta de classes, mas procura deslindar as articulações do modo de produção capitalista como um todo. Marx (1996), afirma que toda história é a história da luta de classes.

A tese, de que o capitalismo nunca deixou de empregar, e continua a empregar em pleno século XX, nas “margens” de sua existência metropolitana, isto é, nos países coloniais e ex-colônias, os meios da mais brutal violência. A luta de classe pressupõe elementos fundamentais à sua concretização, não é apenas a ideologia pela ideologia de classes, que vai provocar mudanças essenciais na estrutura social, mas o construto de um sistema sócio educacional, que consiga abolir a violência e a barbárie daqueles que estão à margem do sistema educacional.

O percurso capitalista não deixa dúvidas de que é necessário pensar uma outra lógica aos que estão socialmente desfavorecidos. Dessa forma, somente o viés educacional poderá mudar essa realidade. O Brasil tem construído uma história de inclusão através de leis e políticas públicas que pretendem reparar os danos causados aos sujeitos deficientes e proporcionar-lhes acesso igual aos meios educacionais. “Educação inclusiva é a garantia da igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação

especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2008, p. 14.)

O direito aqui conquistado, tem de forma tímida cumprido seu papel educacional, não conseguindo de fato e de direito o que se espera a educação dos sujeitos deficientes. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

Essa compreensão de quem é o sujeito deficiente e suas demandas sociais, deve provocar atitudes de enfrentamento da questão do deficiente para além da sua própria deficiência, e suscitar reflexões de práticas educacionais que possam vinculá-lo ao processo de produção capitalista mais adequado a sua necessidade especial, uma vez que, o sistema capitalista individualiza e marginaliza os socialmente diferentes.

A identidade pessoal e social é essencial para o desenvolvimento de todo indivíduo, enquanto ser humano e enquanto cidadão. A identidade pessoal é construída na trama das relações sociais que permeiam sua existência cotidiana. Assim, há que se esforçar para que as relações entre os indivíduos se caracterizem por atitudes de respeito mútuo, representadas pela valorização de cada pessoa em sua singularidade, ou seja, nas características que a constituem (BRASIL, 2005, p. 11).

Esse construto histórico inclusivo dos sujeitos deficientes, como vemos, evidencia o que, o sistema capitalista prega, retrocesso dos menos favorecidos, estagnação de direitos constituídos, acesso restrito aos meios educacionais e tudo o mais que lhe atrele ao subdesenvolvimento do ser social. “O conceito de cidadania em sua plena abrangência engloba direitos políticos, civis, econômicos, culturais e sociais. A exclusão ou limitação em qualquer uma dessas esferas fragiliza a cidadania, não promove a justiça social e impõe situações de opressão e violência” (BRASIL, 2005, p. 14).

É necessário entender que os sujeitos deficientes, também tem o direito de exercer sua cidadania, participar da vida social, exercer sim o exercício do ofício, respeitando suas limitações, uma vez que, o direito que lhes assisti está proclamado para esse fim. No entanto, no exercício dessa cidadania tem prevalecido a lei do mais forte, do que reuni o poder ao seu favor, pois essa é a imposição burguesa, como aponta Marx:

Aos economistas burgueses parece-lhes que a produção funciona melhor com a polícia moderna do que, por exemplo, com a aplicação da lei do mais forte. Esquecem-se apenas de que a “lei do mais forte” também constitui um direito e que é esse direito que sobrevive, com outra forma, naquilo a que chamam “Estado de direito” (ARQUIVO..., 1859, p. 103).

Por essa compreensão a sociedade capitalista não oferece condições de plena participação aos sujeitos deficientes de produzirem socialmente, pois as marcas visíveis de suas deficiências os vitimam a violência da não potencialização de suas

capacidades produtivas. Como afirma Marx:

As condições em que se encontram a sociedade vão dizer até que ponto o homem pode construir a sua história. Por essa lógica podemos pensar que a classe dominante, a burguesia, tem maiores oportunidades de fazer sua história como deseja, pois, tem o poder econômico e político nas mãos, ao contrário da classe proletária que, por causa da estrutura social, está desprovida de meios para tal transformação (ARQUIVO..., 1859, p. 96).

A sociedade brasileira tem elaborado dispositivos legais que, explicitam sua opção política pela construção de uma sociedade para todos, as políticas públicas e suas práticas desejando uma sociedade de fato inclusiva, onde a educação é o veículo de transformação aos sujeitos deficientes, como evidencia a política Nacional.

Declararam, também, entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que “pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (BRASIL, 2005, p. 33).

A política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência prevista no Decreto 3298/99 adota os seguintes princípios: “Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos” (BRASIL, 2005, p. 39).

Nesta concepção, os sujeitos deficientes ao usufruírem os direitos de acesso ao conhecimento como está proclamado na política Nacional, ganham força para ingressarem no mercado de trabalho e exercer seu pleno direito de cidadão. Como assegura o documento que prever a inserção profissional.

O documento “Educação Profissional - Indicações para a ação: a interface educação profissional/educação especial” visa estimular o desenvolvimento de ações educacionais que permitam alcançar a qualidade na gestão das escolas, removendo barreiras atitudinais, arquitetônicas e educacionais para a aprendizagem, assegurando uma melhor formação inicial e continuada aos professores, com a finalidade de lhes propiciar uma ligação indispensável entre teoria e prática. Destaca ainda, a importância da articulação e parceria entre as instituições de ensino, trabalho e setores empresariais para o desenvolvimento do Programa de Educação Profissional (BRASIL, 2007, p. 48).

Esse ideal profissional almejado para os sujeitos deficientes, dentro de uma conjuntura capitalista corrompida, que não está interessada na efetivação de direitos constituídos, que prega um direito e os nega na prática, não garantem suas participações no mercado de trabalho, porque vive-se também a crise da formação que permite o engajamento social.

A crise da formação é a expressão mais desenvolvida da crise social da sociedade moderna. De Hegel a Marx, de Nietzsche a Freud, de Husserl a Heidegger, de Lukacs a Escola de Frankfurt, a crise do processo formativo seria um tema privilegiado (ADORNO, 2000, p. 12).

A luta de classes defendida por Marx (1996), pressupõe o processo educativo,

como arma de luta, para que aconteça a revolução social, e como pressupor este ideal se o que pode libertar está sempre em crise e não dar conta de cumprir seu papel social, que a formação humana. Dessa forma, sociedade defendida por Adorno, faz sentido:

O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão (ADORNO, 2000, p. 3).

O sistema capitalista constrói uns para o sucesso e outros para a periferia do processo social, para manter sua lógica e defender seus interesses; não está preocupado com igualdade para todos, acesso de todos a uma educação de qualidade e para a emancipação, e nem tão pouco que todos ascendam profissionalmente e assumam posições de destaque, ele se mantém com individualismo, diferenciações, violência, barbárie, dentre outros que imprima sua marca social.

Assim, como os sujeitos deficientes vão assumir lugar e assento na sociedade capitalista, exercendo direitos e cumprindo deveres de cidadãos, se a marca do capitalismo trata os esteticamente fora do padrão à margem do processo educativo e os atrela a condição de menos valia do capital? É preciso pensar uma outra sociedade e, portanto, envidar esforços para que ela aconteça. Marx (1996), também via o homem como aquele que pode transformar a sociedade fazendo sua história, mas enfatiza que nem sempre ele o faz como deseja, pois, as heranças da estrutura social influenciam-no. Assim sendo, não é unicamente o homem quem faz a história da sociedade, pois a história da sociedade também constrói o homem, numa relação recíproca (PENSAR..., 2007, p. 1).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos deficientes, como designamos neste trabalho, precisam de um olhar atento de toda sociedade para suas necessidades, mesmo que essa sociedade seja de orientação capitalista, onde as pessoas deficientes não são vistas como produtivas ao sistema, mas como seres que, muitas vezes, desperta piedade por parte de todos.

Este cenário controverso que os sujeitos deficientes vivenciam precisa ser mudado e construído uma nova realidade que os projete para a conquista de sua dignidade, como pessoas de direitos e deveres, numa sociedade democrática, onde todos devem ter direitos iguais.

Para romper com a barbárie defendida por Adorno é preciso investir em educação de qualidade, que alcance o seguimento da educação especial e inclusiva, onde os alunos deficientes estão inseridos, e os liberte da condição de vítima do sistema, para construtores do seu engajamento social.

Dessa forma, as injustiças cometidas às pessoas com deficiência ao longo da sua trajetória social serão dirimidas, e novos horizontes se abrirão para conquistarem a tão sonhada emancipação defendida por Adorno, que os possibilitem a alcançarem seus devidos lugares na sociedade da qual fazem parte.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ARQUIVO Marxista na Internet. **Uma Contribuição para a Política Karl Marx 1859**. [online]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/PC Nº /2002 9 de abril de 2002. Seção 1.

BRASIL. **Educar na Diversidade**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. (Material de Formação Docente).

BRASIL. **Lei 13.146/06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da pessoa com Deficiência).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CARVALHO, Alfredo Roberto de. Educação das pessoas com deficiência no capitalismo: a segregação dos elementos perturbadores da ordem burguesa. **Revista HISTEDBR**, São Paulo, UniCamp, v. 2, 2015. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis12/art1_12.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MARX, Karl. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 1852. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>>. Acesso em: 03. nov. 2017.

MARX, Karl. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. (Primeiro o processo de produção do capital, v. 1).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PENSARSociológico. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/projetofolhas/livreto/sociologia.php>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

SILVEIRA BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à Educação Superior 77, 78, 81

AEE 2, 8, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 94, 95, 99, 100, 138

Artes 18, 28, 41, 54, 142, 143, 177

Aspectos legais 13

Ataxia Espinocerebelar 171, 173, 174, 178

Atendimento Educacional Especializado 2, 4, 5, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 70, 73, 93, 94, 99, 100, 120, 122, 136, 137, 138, 142

Atribuições 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 102

Autismo 12, 18, 28, 154, 155, 156, 158, 160, 161

C

Calorimetria 162, 163, 166, 169

Ciências 53, 66, 113, 126, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 178, 187

Cultura Surda 54, 56, 57, 60, 61, 66, 168

Currículo 6, 8, 9, 16, 27, 34, 54, 71, 101, 111, 119, 120, 126, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 152

Curso 9, 14, 26, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 79, 89, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 149, 152, 154, 171, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187

D

Deficiência auditiva 146, 165, 179

Democratização 4, 15, 77, 78, 79, 81, 169

E

Educação Especial 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 66, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 93, 98, 99, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 152, 158

Ensino a Distância (EAD) 77

Escola 2, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 48, 51, 54, 60, 63, 65, 72, 74, 81, 90, 94, 95, 97, 98, 101, 104, 106, 109, 110, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 147, 153, 157, 159, 160, 162, 163, 171, 174, 175, 176, 177, 192, 193, 196

Estimulação Precoce 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11

F

Formação 7, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 46, 50, 54, 58, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 84, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 102, 109, 110, 111, 115, 119, 128, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 157, 166, 169, 181, 182, 187, 189, 198

Formação docente 17, 25, 30, 38, 93, 100, 102, 137

I

Identidade 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 70, 73, 102, 103, 107, 110, 111, 112, 149, 152

Inclusão educacional 7, 25, 27, 38, 43

Inclusão escolar 10, 11, 12, 38, 89, 91, 97, 98, 99, 136, 137, 141, 147, 152, 174, 176, 177

Inclusão social 40, 69, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 131, 196

J

Jovens 2, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 69, 86, 102, 120, 126

L

Linux 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187

Literatura 43, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 89, 91, 92, 93, 172

M

Múltiplas deficiências 89, 90, 95, 96, 97, 100

P

Plano Nacional de Educação (PNE) 1, 2, 3, 85, 137, 142

Políticas Públicas 2, 29, 37, 38, 40, 49, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 94, 97, 108, 115, 120, 123, 127, 132, 133, 134, 136, 138, 141

Processo de Ensino-Aprendizagem 27, 29, 154, 156, 158, 160

Público-alvo da educação especial 25, 28, 33, 34, 36, 137

R

Racismo 101, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 112

Reflexões Sociais 67

S

Sistema Operacional 179, 181, 182, 185, 186

Sociedade capitalista 67, 68, 73, 75

Sujeito deficientes 67

Surdos 16, 54, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 134, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 182, 186

T

Tecnologia 21, 22, 30, 41, 42, 43, 67, 71, 77, 78, 87, 93, 95, 96, 98, 100, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181

Tecnologia Assistiva 21, 22, 30, 95, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-725-3



9 788572 477253